



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 265/2015 (Autoria do Deputado Pr. Edson Praczyk)

Concessão de Título de Cidadão
Benemérito do Estado do Paraná ao
Senhor Abel Domingues Souza.

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Benemérito do
Estado do Paraná ao Senhor Abel Domingues Souza.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2015.

ALEXANDRE CURI
Presidente

Relator *Missachawa*



PROJETO DE LEI Nº

Em, 25 MAR. 2015

1º Secretário

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o teatro ao ar livre **"Paixão de Cristo"**, realizado anualmente durante a Semana Santa, no município de Maringá.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial o teatro ao ar livre "Paixão de Cristo", realizado anualmente, durante a Semana Santa, pela Arquidiocese da Igreja Católica de Maringá, no município de Maringá.

Art. 2º A data instituída no art. 1º desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de Março de 2015.

Evandro Araújo

Deputado Estadual

15:06 25/03/2015 00:13:26 MP ASSEMBLY LEGISLATION DO PENDING



JUSTIFICATIVA

O teatro ao ar livre "Paixão de Cristo" se constitui numa encenação teatral da Vida, Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo.

Realizado anualmente, tem o intuito de fazer uma *anamnese*, termo grego que significa trazer de novo (*ana*) à memória (*mnese*), da Vida de Jesus Cristo, com ênfase nos seus momentos derradeiros, marcantes tanto pelo sofrimento quanto pelo posterior alívio ao perceber ressuscitado àquele cuja fé embalaria, doravante, pessoas de todos os continentes.

Este verdadeiro teatro ao ar livre reúne atualmente, em Maringá, na Praça da Catedral Metropolitana, cerca de 50 mil pessoas todos os anos, sendo, neste gênero, o maior do sul do Brasil.

O evento atrai cidadãos de todos os credos, visto encenar um acontecimento histórico ligado tanto a fé religiosa quanto ao destino de todo o globo, e de forma especial sobre o Ocidente. Logo, apesar de realizado pela Arquidiocese da Igreja Católica de Maringá, o evento tem caráter público e universal, merecendo ser incluído no Calendário Oficial do Estad.

Ademais, vale ressaltar que é o maior evento cultural gratuito da cidade de Maringá, atraindo público de toda a região e que, no seu bojo, trás uma intensa movimentação ao comércio local, ativando a economia local.

Em 2015, o Teatro será realizado na Quarta-feira Santa (01 de abril) e Sexta-feira Santa (03 de abril) às 20h na praça da Catedral Basílica Menor Nossa Senhora da Glória e a expectativa é de um público assistente de 60 mil pessoas nos dias de apresentação.


Evandro Araújo

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 219/2015

Projeto de Lei nº. 219/2015

Autor: Deputado Evandro Araújo

Súmula: Insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o Teatro ao ar livre "Paixão de Cristo", realizado anualmente durante a semana santa, no Município de Maringá.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O TEATRO AO AR LIVRE "PAIXÃO DE CRISTO". POSSIBILIDADE. ARTS 5º, VI E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Araújo, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Teatro ao ar livre "Paixão de Cristo",



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



realizado anualmente durante a semana santa, no Município de Maringá.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme art. 5º, VI da Carta Magna, é garantia constitucional a liberdade de consciência e de crença religiosa, então veja:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

VI - e inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 15 de Abril de 2015.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. GUTO SILVA
Relator


Dep. Tiago Amaral


Dep. Francisco Schini


Dep. Saurion


Dep. Paulo

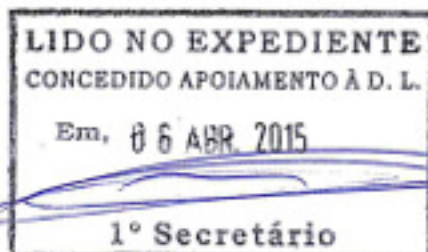

Dep. Bastos

APROVADO
23/04/15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 251/2015

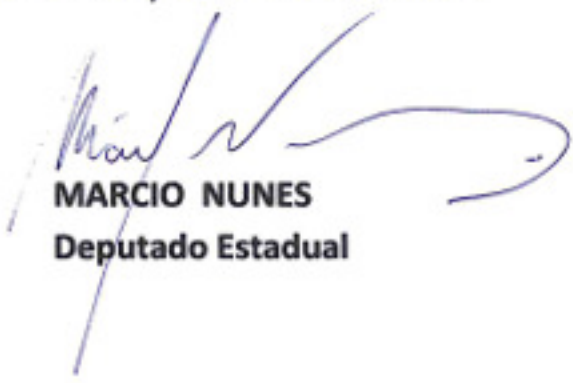


**Concessão de Título de Utilidade Pública
ao CEPAC - Centro Paranaense da
Cidadania, com sede e foro no Município
de Curitiba-PR**

**Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública Estadual
ao CEPAC-Centro Paranaense da Cidadania- Cidadania e Qualidade de
Vida, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná , na
Avenida Marechal Floriano Peixoto nº366,cj 42-centro.**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.**

Sala das Sessões, 06 de abril de 2015


MARCIO NUNES
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, tem por objetivo, conceder o “Título de Utilidade Pública Estadual”, ao CEPAC- Centro Paranaense da Cidadania- constituído em 20 de dezembro de 1995, pessoa jurídica de direito privado, com atuação voltada para a promoção dos direitos humanos e a promoção do acesso à saúde, especialmente no que diz respeito ao combate à aids. Também atua em instâncias de controle social das políticas públicas de saúde, tendo participado desde sua fundação da Comissão Municipal de DST e Aids (Curitiba), já presidiu o Fórum Paranaense de ONGs/Aids, organizou O 13º Encontro Nacional de ONGs/Aids(Enong), em 2005.

O CEPAC tem um histórico de atuação junto as Escolas públicas, no que diz respeito á sensibilização para a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e do HIV/Aids, uso indevido de drogas, sexualidade responsável, gravidez na adolescência e respeito à diversidade humana. Também atua com os mesmos temas junto as mulheres, lideranças comunitárias, adolescentes e adultos vivendo com HIV/Aids.

Foi a primeira organização não governamental a executar um projeto de redução de danos junto a usuários de drogas em Curitiba (Projeto Rede Solidária)

Essa atuação tem sido possível graças a parcerias articuladas entre o CEPAC e as parceiras como: Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, Secretária de Estado da Saúde do Paraná, entre outros órgãos municipais, estaduais e federais - em especial a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e internacionais.

A concessão desse benefício, credencia a Associação a pleitear auxílios, benefícios junto aos poderes públicos e entre os particulares(pessoas físicas e jurídicas), subsidiando impostos, outras contribuições ou isenções permitindo que essa Entidade possa administrar os seus serviços junto a Comunidade, principalmente pela grave crise social e econômica por que passa o país.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 251/2015

Projeto de Lei nº. 251/2013
Autor: Deputado Marcio Nunes

Súmula: Concessão de Título de Utilidade Pública ao **CEPAC- Centro Paranaense da Cidadania**, com sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcio Nunes, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **CEPAC- Centro Paranaense da Cidadania – Cidadania e Qualidade de Vida**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGAL
Pág. 381

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o Artigo 1º do projeto de lei que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

06/05/15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
391

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 251/2014

De acordo com o que determinam o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 251/2014, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Concede Título de Utilidade Pública Estadual ao CEPAC- Centro Paranaense da Cidadania – Cidadania e Qualidade de Vida, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28 de Abril de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

06/05/15